

A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM PONTA NEGRA, PARATY (RJ)

Cezar Pardo Mêo Pompêo de Camargo (UNICAMP)¹

Resumo

O objetivo central deste artigo é evidenciar o esforço do caçara de Ponta Negra, Paraty (RJ), em se manter nas suas terras tradicionalmente habitadas. As áreas habitadas por caçaras são espacialmente reconfiguradas a partir da década de 70, com a conclusão da Rodovia Rio-Santos. Esta rodovia, aqui entendida como um evento, incentiva a exploração turística no município, incentivando também a vertiginosa urbanização e a criação de unidades de conservação.

Nesse contexto, as populações tradicionais reestruturam as suas territorialidades em função da reestruturação territorial promovida pela atividade turística, pelos interesses imobiliários associados ao turismo e pelos discursos ambientais espacializados a partir da delimitação de unidades de conservação, de maneira que a reprodução social, cultural e econômica dessas populações se torna abruptamente dificultada.

Introdução

Na segunda metade do século XVI, colonizadores vindos de Angra dos Reis encontraram considerável núcleo populacional na região onde hoje se encontra o município de Paraty (RJ). Este núcleo populacional era resultado das habitações indígenas e da passagem de navios piratas que, miscigenados aos colonizadores, deram origem a diversas fazendas com produções correspondentes aos ciclos econômicos da colônia (Gurgel & Amaral 1973; Mello, 2006).

As fazendas, com a posterior inclusão de Paraty na rota do ouro com destino à metrópole e a presença da família real nas proximidades já no início do século XIX, proporcionaram o que

¹ Geógrafo, doutorando em geografia humana pelo Depto. de Geografia Humana do Instituto de Geociências
cezarcamargogeo@gmail.com

alguns autores consideram como “anos de esplendor” (Gurgel & Amaral, 1973) ao ambiente urbano da atual Paraty. Porém, ao longo do século XIX, “o fim do tráfego de negros escravizados e a abertura do caminho ferroviário para o transporte do café entre Rio e São Paulo, no Vale do Paraíba, levaram Paraty a perder população no final do século XIX” (PAES, 2015, p.108).

Foi assim que Paraty vivenciou uma inércia progressiva causada pelo fim do mercado negro, pelo fim do pouso de tropas substituídas pelo trem e pelo fim da passagem do ouro, restando uma população organizada em dispersos povoamentos estabelecidos em localidades parcialmente isoladas e provenientes da miscigenação de descendentes de brancos europeus, índios e descendentes de negros escravizados nas fazendas (Mello, 2005).

A miscigenação encontrada nesses povoamentos, o seu relativo isolamento dos principais centros urbanos, a presença de exuberante ecossistema natural, a localização costeira e as adversidades pelas quais passaram os ciclos econômicos que influenciaram a produção local, colaboraram para a formação de uma cultura peculiar na região, a caiçara.

Esse relativo isolamento da região chega ao fim com a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) que, concluída em 1975, provocou significativas mudanças na configuração territorial das localidades por onde passa. Dentre essas mudanças podemos citar a urbanização desordenada, ocorrida principalmente para atender a crescente atividade turística e as unidades de conservação delimitadas devido à ameaça que a urbanização desordenada representava aos fragmentos de mata atlântica.

Neste novo contexto de urbanização, atividade turística e conservação ambiental, as territorialidades caiçaras são coibidas a partir de modernos dispositivos repressores, algumas vezes por proibições impostas pela legislação ambiental concernente às unidades de conservação e algumas vezes por práticas condizentes ao interesse econômico de turistas e agentes imobiliários.

Metodologia

Populações caiçaras são grupos característicos, fruto da miscigenação do branco europeu com ameríndios, recebendo também alguma pouca influência do negro africano aqui trazido para o exercício de mão de obra escrava, estabelecidas em porções litorâneas do sudeste brasileiro, lá desenvolvendo a sua própria cultura, com modo de vida característico, fazendo

proveito a seu modo da mata atlântica, do mar e dos ecossistemas associados que rondavam as áreas por ele habitadas.

Consideramos as populações caiçaras como populações tradicionais, sendo elas entendidas como aquelas formadas e consolidadas em situação periférica à sociedade moderna. Vale ressaltar que situação periférica não designa aqui excluída ou isolada, mas sim tendo contato com o moderno de maneira complementar, sem que o moderno seja o seu eixo estruturador. Populações tradicionais, portanto, podem ser identificadas por terem se formado e consolidado em situação periférica à sociedade urbana moderna e justamente por isso, dotadas de valores, símbolos e significados que expressam e apreendem o mundo de maneira específica, ou seja, são populações com culturas e territorialidades específicas.

Quanto ao moderno, ele corresponde a uma condição vivida por populações com valores que gravitam em torno do humanismo, da irrupção das ciências e da laicização da sociedade (Latour, 2008, p. 41 e 99). Há uma racionalidade correspondente à condição moderna (Camargo, 2013) pela qual a realidade é concebida de maneira fragmentada, com a criação das dicotomias homem/natureza, social/natural, havendo rejeição dos híbridos (Latour, 2008).

A implementação da Rodovia Rio-Santos no município de Paraty foi a responsável pelo contato acirrado entre populações tradicionais e a racionalidade moderna que chega àquele fragmento do território através de indivíduos provenientes do meio urbano e as suas respectivas intencionalidades. Nesse sentido, a implementação da rodovia pode ser entendida enquanto evento devido às transformações significativas ocorridas com a sua conclusão.

O evento, nas ciências sociais, não é tido como um acontecimento qualquer. Santos (2008, p.143-145), propondo a construção de uma teoria geográfica, considera o evento como uma categoria de análise para a geografia, pois ele é um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço, ele é simultaneamente matriz do tempo e do espaço.

Quando o evento emerge, ele propõe uma nova história. A nova história proposta se dá pela mudança que o evento causa. “Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (Santos, 2008, p.146) e, se não mudam as formas como visualmente se apresentam, mudam os seus significados, mudam os seus sentidos. Ele é um rompimento com um modo de fazer, com um modo de acontecer, trazendo em si um caráter organizacional, pois modula, na sua escala de abrangência, os ritmos de atividade, delimitando e qualificando o tempo social (Santos, 2008, p.149), sendo por isso encarado como irreversível.

O evento, ao transformar as coisas, mudar os objetos e lhe dar novas características, ele reconfigura o território. A configuração do território se refere ao “conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”, ou seja, é o “conjunto de objetos culturais [...] ao lado ou no lugar dos objetos 'naturais', cuja significação modificam” (Santos, 2008, p.75 e 103).

No município de Paraty, em período anterior à implementação da rodovia, a configuração territorial se conformava de acordo com o universo caiçara (Luchiari, 1992b), os objetos carregavam em si um significado correspondente às suas territorialidades. As trilhas, as casas de estuque, a mata conservada, os sapezais, as roças, as canoas de voga e os cercos de pesca correspondiam aos valores, aos desejos, à visão de mundo e à cultura dos caiçaras, eram formas correspondentes a determinadas funções. Porém, aonde ocorre o evento, ocorre a reconfiguração do território, transformando a forma e a essência dos objetos. O espaço, por ser um híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações inseparáveis (Santos, 2008, p.100), se dinamiza por inteiro. Trilhas, matas, casas, canoas se transformam e são ressignificadas, transformando também as ações a elas hibridizadas. As canoas, por exemplo, são progressivamente substituídas pelos barcos a motor e, as ações atreladas à confecção e uso das canoas, também vão sendo progressivamente transformadas. A população vai perdendo o conhecimento das técnicas de confecção da canoa, como a espécie vegetal que deve ser utilizada e o período do ano em que essa espécie deve ser abatida. As técnicas de manutenção da canoa de madeira vão sendo substituídas por técnicas de manutenção dos cascos dos barcos de fibra. A prática do remo, bem como a confecção do objeto remo, com a velocidade proporcionada pela ação de remar, vão sendo substituídas pela manutenção dos motores e a velocidade que o motor proporciona para a navegação, alterando também a concepção de tempo do caiçara. Este exemplo, referente à canoa, é simples e somente um dentre tantas outras formas e ações que são transformadas e ressignificadas. Havia, portanto, naquele fragmento do território, um sentido e uma geografia própria das territorialidades caiçaras, e o evento, por ser proveniente de um outro ponto do espaço, traz consigo uma outra racionalidade, proveniente dos meios urbanos, e altera esse sentido e essa geografia anteriores.

“Os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais” (Santos, 2008, p.147). A implementação da rodovia foi um dado organizacional proveniente de um ponto do espaço onde o sentido correspondia a uma outra racionalidade. Uma racionalidade que entende a conservação ambiental como áreas para

realização de lazer, que entende a natureza dicotomizada do social, estando o lazer associado à atividade econômica do turismo, exigindo, para isso, infraestrutura para o seu desenvolvimento. É nesse sentido que se entende, aqui, o turismo, a urbanização e a questão ambiental, como processos que reconfiguram o território. Esse processos chegam aos lugares e se desenrolam, possibilitados pelo evento, e correspondem a uma dada racionalidade, aqui chamada de racionalidade moderna.

Essa nova geografia estabelecida após a ocorrência do evento impossibilita o exercício das antigas territorialidades caiçaras. Era a partir das práticas de pesca, roça e coleta, com as suas respectivas territorialidades, que o caiçara obtinha os produtos necessários para a sua sobrevivência. É importante ressaltar o caráter “multidimensional” da territorialidade (Raffestin, 1993), sendo ela “um conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas” (Corrêa, 1994, p.251), de maneira que o território e o seu uso são de fundamental importância no que se refere ao seu exercício. “A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força” (Almeida, 2004, p.10) Dessa maneira, as imposições normativas impostas sobre o território por via de uma legislação ambiental concernente às unidades de conservação e a reconfiguração territorial resultante da urbanização, modificam, drasticamente, a forma e o conteúdo territorial (Santos, 2008), impondo ao caiçara a necessidade de transformação das suas territorialidades e, conseqüentemente, a incerteza quanto à viabilidade da sua manutenção nas terras tradicionalmente habitadas.

Os caiçaras e a luta pela terra

As lutas empreendidas por caiçaras e a maneira como vem ocorrendo transformações, podem ser consultadas em muitos trabalhos acadêmicos já realizados. Essa problemática não é exclusiva de Paraty.

Lhote (1982), em sua dissertação de mestrado, realiza um histórico da Vila de Trindade, em Paraty, denunciando as tentativas violentas de expulsão das populações caiçaras e descreve muitos casos em que caiçaras, ameaçados, se mudaram.

Luchiari (1992a), também em sua dissertação de mestrado, demonstra como os caiçaras do Distrito de Maresias, em São Sebastião/SP, foram modificando as suas atividades, realizando migração e perdendo parcelas do território que foram sendo urbanizadas.

Marcílio (1986), ao realizar uma pesquisa de Demografia Histórica, no município de Ubatuba, resgata o mundo que o caiçara “construiu ao longo de gerações e de séculos” (p.248), assumindo que esse mundo veio abaixo “pela ganância de lucro, pelo capitalismo selvagem e devastador, devorador de homens e da natureza” (p.249).

Mendonça (2010), em dissertação de mestrado, aponta as transformações sofridas pelos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ, que, diante de “processos coercitivos repressores” (p.111), migraram para bairros urbanos periféricos do município de Paraty alterando totalmente o seu modo de vida.

Diegues (1994) comprova em sua pesquisa como a delimitação da reserva Ecológica Estadual da Juatinga ocasionou conflitos e impactos sobre o modo de vida tradicional caiçara por ser restritiva ao uso dos recursos naturais e, este mesmo autor, mais tarde, em obra intitulada O Mito Moderno da Natureza Intocada (Diegues, 2008), veio a demonstrar que uma visão dicotômica entre homem e natureza apoiou a conservação de fragmentos florestais proibindo a presença de populações tradicionais em unidades de conservação.

A luta pela permanência na terra em Ponta Negra, Paraty (RJ)

A atual condição do caiçara varia de acordo com a localização da população na qual o sujeito se insere. Algumas populações caiçaras permanecem em locais de acesso dificultoso, exigindo o enfrentamento de trilhas em meio à mata atlântica ou o uso de barco para que o contato com a localidade seja viabilizado. O acesso dificultoso, em Paraty, inviabiliza o exercício de trabalho fora do bairro rural, uma vez que as viagens cotidianas se tornam inviáveis. Sendo assim, com a roça e caça restringidas pelas leis ambientais e a pesca artesanal se tornando pouco competitiva diante da eficiência da pesca industrial, resta ao caiçara obter poucos ganhos pelo exercício da pesca, alguma renda oferecendo serviços para turistas sazonais, ou migrar.

A Praia de Ponta Negra se insere entre as de acesso dificultoso, exigindo o enfrentamento de trilha ou o uso de barco, como pode ser verificado na Figura 1.

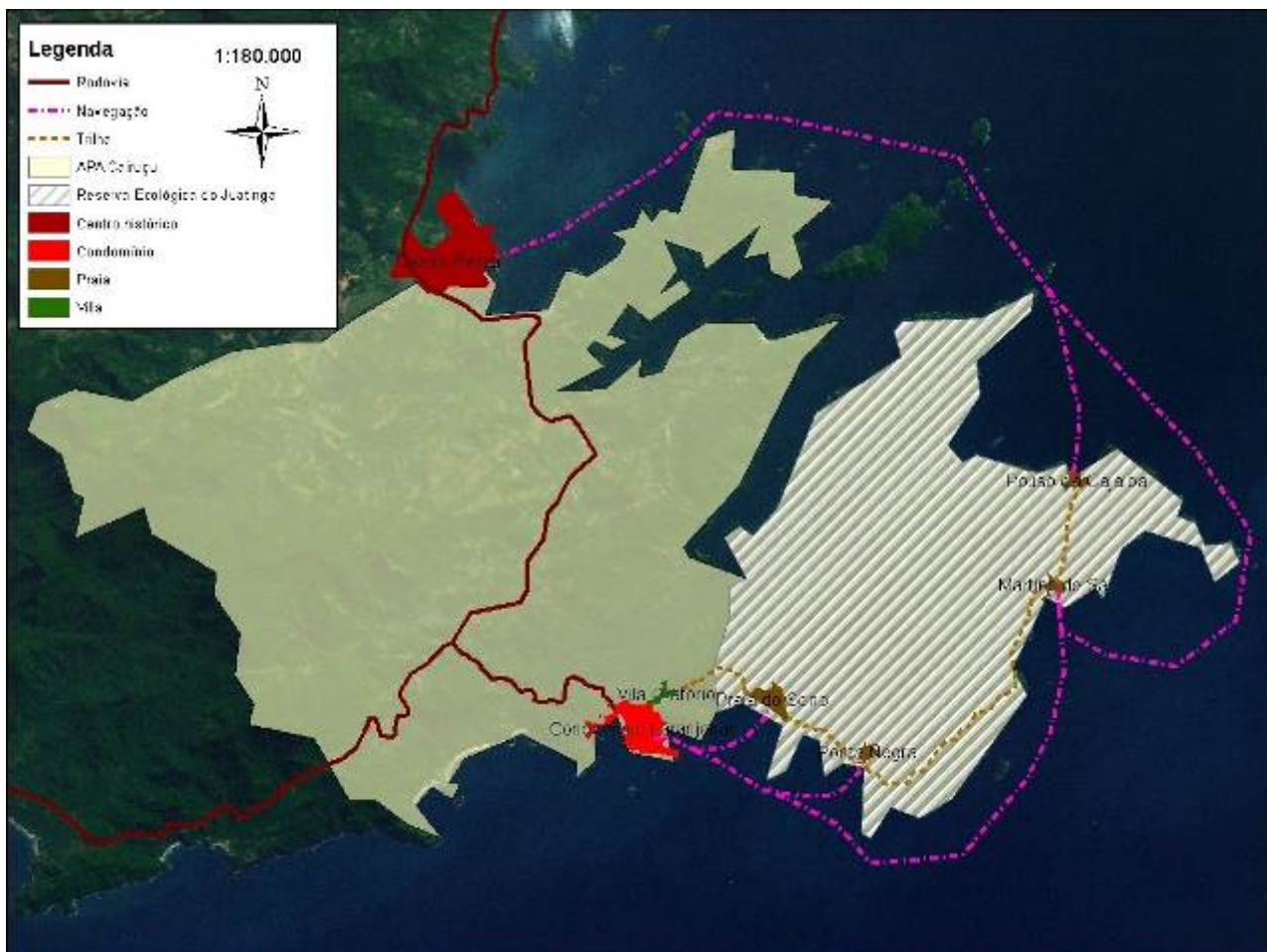


Figura 1 Fonte: Google Earth adaptado pelo autor

A trilha mais curta demanda mais de duas horas de caminhada para se ter acesso ao núcleo urbano mais próximo, tendo o seu início na Vila Oratório, apresentando relevo bastante íngreme em alguns dos seus trechos, chegando a exigir o uso das mãos do caminhante. Se a intenção for o acesso ao centro comercial de Paraty, a viagem ainda exige a utilização de um ônibus municipal.

A paisagem do bairro conserva características condizentes ao exercício de antigas territorialidades. As casas apresentam organização aparentemente desordenada, distinta da geometria regular encontrada nas cidades, com muitas delas protegidas pela vegetação da orla da praia (Figura 2).

A praia é de pequena extensão, cerca de 50 metros, apresentando reduzidas áreas de relevo plano (Figura 3), fatores estes que influenciam na dinâmica de uso e ocupação do solo. Hoje, a sua população é de cerca de 170 pessoas organizadas em 35 famílias, segundo dados

fornecidos por Joseane Costa, agente de saúde da Associação de Moradores e Amigos da Vila Oratório, entrevistada em Junho de 2013.



Figura 2 Vista aérea, adaptada Google Earth

Figura 3 Ponta Negra, pelo autor 2012

Em Ponta Negra os processos de transformação ocasionaram um impacto social, econômico, cultural e paisagístico peculiar. Embora o turismo esteja presente desde a década de 80, esta atividade econômica passou a ser efetivamente explorada pelos moradores apenas recentemente, início dos anos 2000. Com a abertura da Rio-Santos os turistas exploram inicialmente as áreas onde as vias de acesso são facilitadas a partir da rodovia, nas proximidades pode-se citar como exemplos a Vila de Trindade e a atual Vila Oratório, nas quais havia uma presença de turistas intensa já na década de 80. Conforme o turismo cresce, as praias de acesso dificultoso também passam a ser exploradas, de maneira que a intensidade da exploração turística se dá a partir de uma sucessão cronológica relativa à dificuldade de acesso.

O caiçara da Ponta Negra, em um tempo pretérito, condizia ao que Camargo (2013) compreende como “caiçara do tempo de antigamente”. Suas principais atividades econômicas eram a caça, a roça, a coleta e a pesca, de maneira que elas eram realizadas de acordo com uma

racionalidade específica, apresentando características próprias quanto à produção material e às relações sociais e simbólicas (Diegues, 2004). Os caiçaras apresentavam o que Candido (1971) entende como solidariedade vicinal, organizados em bairros rurais aparentemente desordenados (Adams, 2000) mas que possuíam um ordenamento próprio que condizia ao meio habitado e aos seus referenciais espaciais. A economia podia ser considerada de aprovisionamento (Sahlins, 1983), produzindo-se o suficiente para o consumo e para a obtenção de um pequeno excedente destinado à troca por produtos que não pudessem ser realizados com as ferramentas e recursos a eles disponíveis. O tempo social caiçara correspondia aos seus objetos técnicos e ao tempo da natureza, de maneira que as atividades econômicas dependiam do tempo das canoas movidas a remo, da velocidade possível de ser alcançada pelas caminhadas, das estações do ano, das marés, das estações da lua e do tempo do dia e da noite. Bem como as atividades comunitárias, a exemplo dos mutirões, das festividades e celebrações, sendo produzidas conforme estes distintos referenciais de tempo.

A expansão urbana e turística no município de Paraty a partir da década de 70 culminou na criação de unidades de conservação que garantissem a manutenção dos ambientes de floresta atlântica, uma vez que este bioma é exuberante na região. Desta maneira, a Ponta Negra hoje está contida em duas unidades de conservação, sendo elas APA Caiçu e Reserva Ecológica do Juatinga, apresentando restrições relativas às atividades econômicas de caça e roça.

Hoje ainda há a plantação de alguns poucos gêneros alimentícios, mas em quantidade muito reduzida porque não há disponibilidade de terrenos. Senhor Domingos, de 73 anos, entrevistado em outubro de 2012, realiza plantação de uma pequena quantidade de mandioca utilizada para fazer farinha em uma casa de farinha ainda mantida como atração turística. Senhor Domingos ainda mantém as paredes de estuque e o uso de antigos instrumentos artesanais, como o cesto de tipiti, produzindo uma quantidade de farinha muito pequena, realizada como mero atrativo turístico.

Alguns entrevistados demonstraram receio quanto às restrições impostas pelos órgãos ambientais no que tange à realização de caça e roça. Senhor Domingos, ao falar sobre a caça realizada no passado, afirmou: “naquele tempo não tinha meio ambiente né”. A Senhora Branca Ramos, de 40 anos, entrevistada em outubro de 2012, também faz relatos que indicam a existência de proibições, afirmando que todo ano “os homens do Ibama” passam por Ponta Negra fazendo proibições. Afirma inclusive que ela mesma já tentou fazer roça e foi proibida,

ela diz: “a gente tem que plantar né, a gente não pode plantar, o pessoal do Ibama já tiveram aí e já proibiram, que não pode ninguém mexer em nada pra plantar”.

A pesca ainda é realizada na localidade e, segundo Joseane Costa, é a principal atividade econômica da localidade, sendo seguida pelo turismo. Esse dado revela que, mesmo havendo significativa diminuição do peixe por conta da pesca industrial, o caiçara ainda se empreende nessa atividade porque é uma das poucas possibilidades encontradas pelo caiçara para obter alguma renda e se manter na terra.

Em relação ao turismo, essa atividade é consideravelmente limitada pelas disposições físicas da localidade e é sazonal, com a intensa presença de turistas apenas em períodos de fim de ano e nos feriados de carnaval. Seus terrenos acidentados, com poucas áreas planas e a pequena extensão da praia, não permitem uma ampla criação de infraestrutura turística ao ponto de conseguir gerar renda expressiva para a população como um todo e, a sazonalidade desta atividade, faz com que o fluxo de dinheiro não seja considerável. Soma-se a este fato o perfil do turista que se dirige a Ponta Negra, indivíduos majoritariamente adolescentes que buscam pelos campings selvagens, configurando um turismo que fornece pouco dinheiro quando comparado com o turismo do centro de Paraty, por exemplo, que faz uso de pousadas e hotéis.

Diante das restrições no que tange à roça e caça, da baixa produtividade da pesca artesanal e da pouca expressividade de lucro gerada pelo turismo, a prática de venda de terra passou a ser utilizada como meio de prover recursos para alguns membros da população em situações de dificuldade. Essa prática se coloca como uma adaptação, no atual contexto, do antigo hábito de cercar um lote com fins de apropriação e uso. No entanto, hoje, o cercamento e apropriação vem sendo realizado com o objetivo de venda, o que vem causando discórdia entre os membros da população. Vale mencionar que as terras não possuem reconhecimento cartorial, sendo comercializado apenas o direito de uso reconhecido pelos moradores, sem conotação legal.

Nesse contexto, a venda de terras por alguns é motivo de desagrado para outros, pois é cada vez maior a presença de pessoas que não pertencem ao núcleo populacional caiçara. Aqueles que não comercializaram terras se sentem injustiçados diante dos que comercializaram, pois além de não obterem os benefícios da venda estão com as áreas de uso comum reduzidas.

A Senhora Branca, de 40 anos, demonstra abertamente o seu descontentamento com a prática de venda. Ela afirma: “não pode vender e tem gente vendendo bastante aí, pra bem dizer tá tudo com o pessoal de fora que tá invadindo Ponta Negra, a única que não vendeu nada até

agora fui eu” e, apontando para a praia, demonstra a hostilidade presente entre a população ao dizer: “eu moro aqui e não desço ali, só desço se for pra pegar um bote”.

Senhor Domingos, assim como a Senhora Branca, em tom de descontentamento, lembra que no passado esses conflitos não ocorriam, e enfatiza que atualmente eles ocorrem. Ele diz: “nunca teve, já hoje tem”.

Refletir a respeito da história recente de Ponta Negra permite identificar uma estreita relação entre o desaparecimento das antigas atividades econômicas e o surgimento e aumento dos conflitos por terra entre os caiçaras.

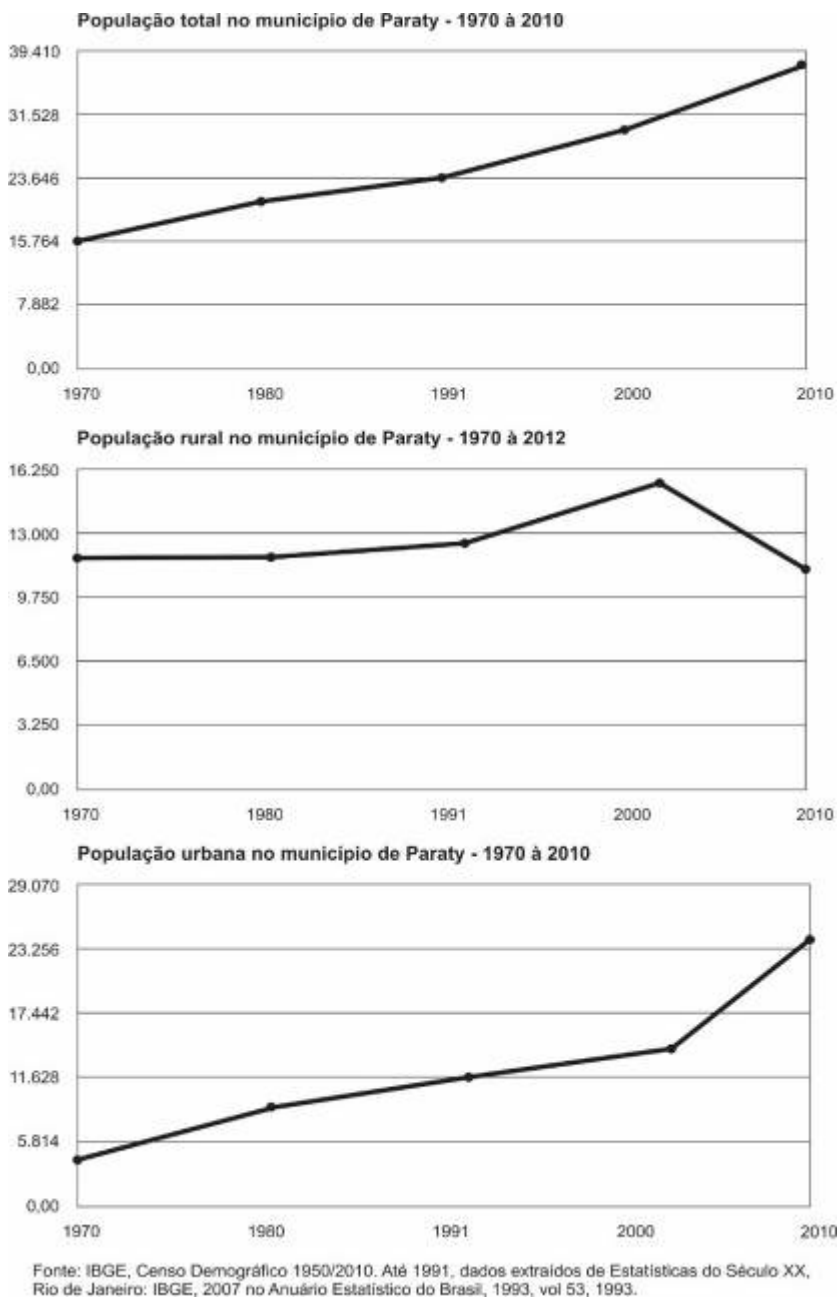
Alguns dados quantitativos, coletados na Associação de Moradores de Ponta Negra, são capazes de evidenciar dificuldades que vem sendo enfrentadas por essa população. Ponta Negra, como citado, é hoje habitada por cerca de 170 pessoas, organizadas em 35 famílias, havendo na localidade cerca de 96 casas. Dessas casas, 26 são de pessoas que não são caiçaras e 42 são de famílias caiçaras que foram morar na área urbana de Paraty devido às dificuldades de permanência. Este último fato, inclusive, pode configurar um tipo de migração temporária, embora o trabalho no meio urbano seja fixo, pois o caiçara retorna para a sua casa rural sempre que possível, tendo a sensação “de estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum” (Martins, 1988, p.45). É necessária a realização de estudos aprofundados com vistas de entendimento mais amplo desse fenômeno.

Mais de um quarto das construções está sob posse de turistas e, quase dois quartos estão sob posse de famílias que se mudaram. Esses números são espantosos e revelam grandeza na quantidade de emigração e venda de terra. Tanto a emigração como a venda de terra são atos que objetivam, de maneira ou de outra, obter ganhos em relação às condições de vida. Portanto, estes números evidenciam também a dificuldade de sobrevivência naquela localidade, o que, inclusive, explica os conflitos em torno da terra.

Muitas dessas casas de pessoas que migraram ainda são mantidas pelos seus donos. O caiçara, por ter uma expressiva relação afetiva com o seu local de origem, migra tentando manter a residência no local de origem, voltando alguns finais de semana para fazer a sua manutenção.

Os gráficos referentes à população de Paraty (Figura 4), evidenciam a acentuada redução da população rural e aumento da população urbana no município a partir dos anos 2000. O que vem ocorrendo em Ponta Negra, com a migração de moradores em busca de melhores condições de vida, certamente não é o responsável pela totalidade dos números demonstrados nos gráficos,

no entanto, Ponta Negra pode estar indicando processos que estejam ocorrendo em todo o município, que é o empobrecimento da população rural que, sem meios adequados de vida, migra para o meio urbano.



Além disso, subtraindo as 26 casas de pessoas de fora, e as 42 casas de famílias que moram fora da área de Ponta Negra, do total de 96, sobram apenas 28 casas nas quais habitam 35 famílias, ou seja, o número de famílias residente é superior ao número de casas construídas regularmente utilizadas, evidenciando que há famílias que dividem uma mesma casa. Sob estas

condições, o conflito fundiário se torna inevitável, além de também se tornar inevitável a valorização da terra segundo o valor de troca, com a concepção de propriedade privada fortalecida. A única saída para amenizar essas dificuldades é a de prover outros meios de geração de renda para essa população.

Se no tempo de antigamente bastava cercar um pedaço de terra e construir a sua casa, obtendo alimentos provenientes da roça, da pesca e da caça com fartura, hoje, na Ponta Negra, esse modelo tem sido dificultado devido à lotação das áreas planas por construções que, conjuntamente com as dificuldades de se obter dinheiro e as coibições de reprodução das suas antigas práticas, tem colaborado com a consolidação de uma situação na qual a simples necessidade de morar está dificultada, o que evidencia o empobrecimento dessa população.

Ainda que o empobrecimento constatado não se trate de um empobrecimento monetário, porque antes o dinheiro como moeda de troca era praticamente ausente, houve um empobrecimento no sentido de as suas condições de vida terem piorado, com o caiçara obtendo dificuldades até mesmo para morar e se alimentar.

Considerações finais

Ponta Negra passa por uma disputa fundiária resultante da tentativa de se encontrar meios, por parte do caiçara, de se manter na terra ao mesmo tempo em que se atende as suas necessidades de reprodução econômica, social e cultural. Trata-se de um conflito dado pelo uso da terra sem o reconhecimento da sua propriedade, configurando um dado tipo de expropriação (Martins, 1991).

O contexto de unidades de conservação, baixa produtividade da pesca artesanal e migração traz ao caiçara o risco em relação à garantia de apropriação e permanência na terra, e está presente em Ponta Negra assim como em muitas outras localidades abordadas em pesquisas científicas. Este contexto configura o que se pode entender como *questão caiçara*, sendo urgente a realização de estudos de caso aprofundados, além do desenvolvimento de políticas públicas voltadas às populações caiçaras e, fundamentalmente, dar voz ao caiçara em espaços deliberativos de maneira a considerar a exposição das suas demandas.

Exemplo da criação de espaços onde os desejos e necessidades dos caiçaras são expostos e levados em consideração pode ser encontrado na Ilha do Cardoso. Rodrigues (2001) acompanhou a organização social e política do caiçara na Ilha do Cardoso, evidenciando a administração e gerenciamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso a partir de um Plano de

Gestão Participativo. Este plano, se mostrando como exceção da maioria dos planos de gestão, é participativo na prática, sendo hoje um exemplo estudado em todo o Brasil. A autora detalha como foram criadas alternativas que incentivaram a ampla participação das populações tradicionais, com elas tendo espaço político para expor as suas dificuldades e necessidades, em reuniões realizadas nos bairros rurais em forma de rodízio, incentivando o esforço em expor e entender as diferentes necessidades dos diferentes sujeitos. Inclusive, com o presidente do comitê de gestão horizontalizando o gerenciamento do Parque ao dar poder deliberativo para as decisões administrativas realizadas nas reuniões do comitê.

Nota-se que a proposta participativa veio das organizações responsáveis pela elaboração do Plano, incentivando a participação das populações tradicionais, apresentando-lhes essa outra racionalidade necessária para a articulação política, trabalhando com a intenção de entender e atender as dificuldades enfrentadas pelas populações tradicionais.

Esses fatos todos precisam ser estudados no sentido de terem os seus aspectos positivos transferidos e adaptados para outras localidades. É nesse ponto, quando se fala da incorporação de elementos correspondentes à racionalidade moderna, que se identifica a necessidade de reconhecimento das territorialidades caiçaras, reconhecendo as formas híbridas entre o tradicional, desejado pelo caiçara, com o moderno, inevitável na atualidade e que, aliás, não é rejeitado pelo caiçara. Antônio Cândido (1975, p.185 e 186) identifica a importância, para o caipira, da adoção do novo traço, redefinindo os padrões tradicionais, de maneira que o velho e o novo se ajustem. Esse fato também é importante e está presente entre os caiçaras. Hoje, diante da realidade do caiçara investindo em empreendimentos turísticos, a incorporação de noções de finanças, como gastos, ganhos, lucros e poupança, se coloca como necessidade. Essa organização segundo um modelo de quantificação e matematização, correspondente à racionalidade moderna, não estava presente nas concepções do caiçara até recentemente, mas se coloca como elemento importante na sua manutenção econômica e, conseqüentemente, na sua manutenção na terra, permitindo a manutenção do tradicional.

Outro fator importante seria a atuação dos órgãos públicos responsáveis em ações que interessam aos caiçaras. Em Ponta Negra se faz fundamental a desapropriação das casas que não são utilizadas por caiçaras. Este fato faria com que famílias que dividem casas pudessem obter o conforto de uma casa própria, além de que sobrariam construções que poderiam ser utilizadas em empreendimentos turísticos, fornecendo renda para a população.

As peculiaridades do caso apresentado, considerando as dificuldades enfrentadas pelo caiçara e as limitações físicas da região já mencionadas, torna necessária a tomada de outras medidas. Cabe a ação dos órgãos públicos em confluência às demandas caiçaras incentivando e estimulando reflexões com o objetivo de encontrar soluções. Mais do que ações pontuais, é urgente, no Brasil, a adoção de uma política étnica, com ações governamentais sistemáticas, criando uma estrutura administrativa de acordo com as necessidades exigidas por uma política pluriétnica que considere as demandas das populações tradicionais (Almeida, 2004).

Essas atuações do poder público e o esforço no sentido de viabilizar a permanência dos caiçaras em suas terras se faz necessária e obrigatória diante de três principais fatores:

O primeiro está ligado à adesão do Brasil à Convenção sobre Diversidade Biológica, se comprometendo, na medida do possível a

respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas... (Convenção sobre Diversidade Biológica, artigo 8j).

O segundo se refere ao decreto estadual (Nº17981) emitido pelo governador do estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola no ano de 1992 que cria a Reserva Ecológica do Juatinga (REJ) e inclui dentre as suas linhas a preocupação de “fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto” (DE Nº 17.981, 1992).

Já o terceiro fator está relacionado com a dívida histórica da sociedade brasileira com essas populações tradicionais de mamelucos, ou brasilíndios, que segundo Ribeiro (1995, p.109 e 110), são os que “vieram a fazer o Brasil”, responsáveis pela constituição do cerne da nação e, juntamente com os negros abasileirados, “puderam suportar a invasão gringa mantendo sua cara e sua identidade”.

Hoje, essas populações de fundamental importância histórica na constituição do povo brasileiro, não estão sendo atendidas pelo poder público e estão sendo expulsas de suas terras tradicionalmente habitadas.

Referências bibliográficas

- ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa Científica versus Planejamento e Gestão Ambiental. São Paulo: Annablume, 2000.
- ALMEIDA, A.W.B.de. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais *in* Estudos urbanos e regionais V.6, N.1, Maio de 2004.
- CAMARGO, Cezar Pardo Mêo Pompêo. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). Dissertação (Mestrado em Geografia), Unicamp, 2103.
- CORRÊA, R.L. Territorialidade e corporação: um exemplo *in* SANTOS, SOUZA e SILVEIRA (Orgs.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DIEGUES, A. C. O Nosso Lugar Virou Parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamanguá – Paraty – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- DIEGUES, A.C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GURGEL, H. & AMARAL, E. Campos. Paraty, Caminho do Ouro: Subsídios para a história do Estado do Rio. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.
- IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. VIII recenseamento Geral, Série Regional, Volume VI – Tomo XVI, 1970.
- IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. Censos econômicos de 1975, Série Regional, Volume 3 – Tomo XVI, 1980
- LATOUR, B. Jamais Fomos Modernos. 4ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2008
- LHOTE, C. Trindade para os trindadeiros. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Caiçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias), Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1992
- LUCHIARI, M.T. D. P. Turismo, Natureza e Cultura caiçara: um novo colonialismo?. *In*: Célia Maria de Toledo Serrano e Heloisa Turini Bruhns (orgs.) *Viagens à Natureza*. Campinas: Papyrus, 1997.

MARCÍLIO, M. L. Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas – CEDHAL –, 1986.

MARTINS, J.S. Expropriação e violência – A questão política no campo. 3ª edição. Editora Hucitec, São Paulo, 1991.

MARTIN, J.S. Não há terra para plantar neste verão. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 1986.

MELLO, D. A Ocupação Humana de Paraty, *in*: Diegues, Antonio C. Enciclopédia Caiçara Volume IV. São Paulo: Hucitec, 2005.

MELLO, Diuner. Paraty Estudante. Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda. Guaratinguetá: Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.

MENDONÇA, M. O. Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: O caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) USP, 2010.

PAES, M.T.D. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ) in Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

RODRIGUES, C.L. Limites do consenso: Territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão participativa. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001

SANTOS, M. O Território e o Saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, N°2, p.15-26, 1999.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008.